



# **PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAÍTA**

**ESTADO DE MATO GROSSO**

**CNPJ 03.239.043/0001-12**



## **LEI MUNICIPAL Nº. 679/2012**

**Súmula: DISPÕE “SOBRE AS PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE NO CUMPRIMENTO DO PROGRAMA DE COMBATE E PREVENÇÃO À DENGUE NO MUNICÍPIO DE PARANAÍTA”**

**A CÂMARA MUNICIPAL DE PARANAÍTA**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, aprovou e eu, **PEDRO HIDEYO MIYAZIMA**, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:

**Art. 1.º** Os proprietários, possuidores ou detentores de imóveis, e os responsáveis, a qualquer título, por conjuntos plurihabitacionais e por estabelecimentos públicos e privados, exploradores de atividades comerciais, industriais ou prestadores de serviços deverão manter os terrenos e as edificações em geral constantemente limpos, sem acúmulo de lixo e materiais inservíveis, e livres de criadouros do mosquito do gênero “Aedes”, evitando a proliferação dos vetores de dengue.

**Art. 2.º** Para o cumprimento do Programa de Combate e Prevenção a Dengue, os proprietários, possuidores ou detentores de imóveis e os responsáveis a qualquer título são obrigados a permitir o ingresso, em seus respectivos imóveis, do agente sanitário, para a realização de inspeção, verificação, orientação, informação, aplicação de inseticida ou qualquer outra medida específica de combate à dengue.

**Art. 3.º** Quando for constatada infração às disposições desta lei, será lavrada intimação para cumprimento em 48h (quarenta e oito) horas a 5 (cinco) dias, conforme o grau da infração, a contar da data da intimação ou da data da publicação do edital, quando o responsável não for encontrado.

**Parágrafo único.** Na hipótese de recusa ou de ausência de pessoa que permita o ingresso do agente sanitário, será lavrada intimação que indicará a data da nova visita técnica do agente sanitário, com a advertência da possibilidade de adoção da medida de ingresso forçado, prevista no artigo 6º, inciso I, cuja cópia será afixada na porta do imóvel.

**Art. 4.º** As infrações às disposições constantes desta lei classificam-se em:

- I** – leves, no caso de edificações unihabitacionais;
- II** – médias, no caso de conjuntos plurihabitacionais ou estabelecimentos exploradores de atividades comerciais, industriais ou prestadores de serviços;



# **PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAÍTA**

**ESTADO DE MATO GROSSO**

**CNPJ 03.239.043/0001-12**



**III** – graves, no caso de imóveis estratégicos ou especiais.

**§ 1.º** São considerados estratégicos os imóveis com grande concentração de depósitos preferenciais, a exemplo de cemitérios, borracharias, depósitos de sucata, depósitos de materiais de construção, pátios de transportadoras, obras abandonadas e/ou paralisadas, dentre outros.

**§ 2.º** São considerados especiais os imóveis não residenciais de médio e grande porte que apresentam maior importância na disseminação do vetor “Aedes”, em função do grande fluxo e/ou permanência de pessoas, e da complexidade das edificações que favoreçam a multiplicação do vetor, a exemplo de escolas, hospitais, clubes dentre outros.

**Art. 5.º** No caso de não cumprimento da intimação no prazo determinado, serão aplicadas as seguintes multas:

**I** – para as infrações leves: R\$ 500,00 (quinhentos reais);

**II** – para as infrações médias: R\$ 1.000,00 (um mil reais);

**III** – para as infrações graves: R\$ 5.000,00 (cinco mil reais);

**IV** – na hipótese de recusa ao ingresso do agente sanitário, por qualquer motivo, para a realização de vistoria do imóvel, qualquer que seja a forma de sua edificação: R\$ 500,00 (quinhentos reais).

**§ 1.º** Nas reincidências, as multas serão aplicadas em dobro.

**§ 2.º** Considera-se reincidência a repetição de infração às disposições desta lei.

**§ 3.º** A multa poderá ser aumentada até o triplo, ou diminuída até a sua terça parte, de acordo com o grau de relevância e a capacidade econômica do infrator.

**Art. 6.º** Para a contenção da doença com potencial de crescimento ou de disseminação, e eliminação do risco ou ameaça à saúde pública, no que concerne a indivíduos, grupos populacionais e ambiente, fica a Secretaria Municipal de Saúde autorizada a adotar as seguintes medidas de vigilância em saúde, voltadas ao combate e prevenção à dengue, com amparo nos artigos 11, 12 e 13 da Lei n.º 6.259, de 30 de outubro de 1975, e nos artigos 6.º, I, “a” e “b” e 18, IV, “a” e “b” da Lei n.º 8.080, de 19 de setembro de 1990, sem prejuízo das demais normas pertinentes e independentemente da aplicação das multas previstas no artigo 5º:

**I** - o ingresso forçado em imóveis particulares, nos casos de recusa ou de ausência de pessoa que permita o ingresso do agente sanitário quando isso se mostrar fundamental para a contenção da Dengue;

**II** - outras medidas que auxiliem, de qualquer forma, na contenção da doença identificadas pelos agentes de controle de endemias, nos termos do regulamento a ser expedido, por meio de decreto do Poder Executivo.

**Art. 7.º** Na hipótese prevista no inciso I do artigo anterior, a determinação será dada pela autoridade máxima do SUS no Município, por meio



# **PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAÍTA**

**ESTADO DE MATO GROSSO**

**CNPJ 03.239.043/0001-12**



de Portaria a ser publicada na Associação Matogrossense dos Municípios AMM, após a intimação do infrator, na forma do parágrafo único do artigo 3º.

**Parágrafo único.** A determinação deverá conter:

**I** – a declaração de que determinada doença ou agravo à saúde atingiu números que caracterizam perigo público iminente e necessitam de medidas imediatas de vigilância em saúde;

**II** – os elementos fáticos que demonstram a necessidade da adoção das medidas indicadas;

**III** – o dia, os dias ou o período em que as medidas sanitárias e epidemiológicas estarão sendo adotadas, o tipo de ação que poderá ser realizada pelo agente público;

**IV** – as condições de realização da ação de vigilância em saúde, com detalhamento sobre os procedimentos que deverão ser tomados pelo agente, desde o início até o término da ação.

**Art. 8.º** Sempre que houver a necessidade de ingresso forçado em imóveis, a autoridade sanitária, no exercício da ação de vigilância, lavrará um Auto de Infração e Ingresso Forçado, no local em que for verificado o impedimento ou a impossibilidade do ingresso por motivo de recusa ou ausência de pessoa que o permita, que conterá:

**I** – o nome do infrator e/ou seu domicílio, residência e os demais elementos necessários à sua qualificação civil, quando houver;

**II** – o local, a data e a hora da lavratura do Auto de Infração e ingresso forçado;

**III** – a descrição do ocorrido, a menção do dispositivo legal ou regulamentar transgredido e os dizeres: PARA A PROTEÇÃO DA SAÚDE PÚBLICA REALIZA-SE O INGRESSO FORÇADO;

**IV** – a pena a que está sujeito o infrator;

**V** – a declaração do autuado de que está ciente e de que responderá pelo fato administrativa e penalmente;

**VI** – a assinatura do autuado ou, no caso de ausência ou recusa, a de duas testemunhas e a do autuante;

**VII** – o prazo para defesa ou impugnação do Auto de Infração e Ingresso Forçado, quando cabível.

**§ 1.º** Havendo recusa do infrator em assinar o auto, será feita, neste, a menção do fato.

**§ 2.º** O agente sanitário é responsável pelas declarações que fizer no Auto de Infração e Ingresso Forçado, sendo passível de punição, por falta grave, em caso de falsidade ou de omissão dolosa.

**§ 3.º** Sempre que se mostrar necessário, o agente sanitário poderá requerer o auxílio à autoridade policial que tiver jurisdição sobre o local.

**§ 4.º** Nas hipóteses de ausência do morador, o uso da força deverá ser acompanhado por um técnico habilitado em abertura de portas, que deverá recolocar as fechaduras depois de realizada a ação de vigilância em saúde.



## **PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAÍTA**

**ESTADO DE MATO GROSSO**

**CNPJ 03.239.043/0001-12**



**§5.º** Aplicada a multa de que trata este artigo, terá o infrator o prazo de 15 (quinze) dias para formular impugnação, observada a ampla defesa e o contraditório

**Art. 9.º** A Prefeitura poderá, independentemente das sanções previstas nesta lei, executar as medidas necessárias ao combate e prevenção à dengue, inclusive abertura de muro e sua construção ou reconstrução, correndo as despesas por conta do proprietário, acrescidas de 100% (cem por cento) de seu valor a título de administração.

**Art. 10.º** Confirmada administrativamente a cobrança das multas previstas nesta Lei, o infrator será notificado para efetuar o pagamento no prazo de 30 (trinta) dias, sob pena de inscrição em dívida ativa.

**Art. 11.** A fiscalização das disposições contidas nesta lei e a aplicação das penalidades nela previstas competem à Secretaria Municipal de Saúde.

**Art. 12.** Esta lei entra em vigor na data da publicação.

**Gabinete do Prefeito Municipal de Paranaíta – MT., 10 de Dezembro de 2012.**

---

**PEDRO HIDEYO MIYAZIMA**  
**PREFEITO MUNICIPAL**